

A formação territorial do oeste da Bahia e as políticas territoriais do estado no período de 1889-1955¹

Maria Aparecida Brito Oliveira

da Universidade Federal da Bahia – Salvador (BA) – Brasil
cida_geografia@hotmail.com

RESUMO: A presente proposta objetiva analisar o processo de formação territorial da porção oeste do estado da Bahia, geograficamente situada à margem esquerda do Rio São Francisco. Compreendendo a formação territorial do oeste baiano como uma particularidade histórica, buscar-se-á elencar as principais ações, projetos e conteúdos das políticas territoriais implementadas pelo Estado. Para tanto, recorre-se à diferenciação de aspectos relevantes, fazendo-se uso da periodização como recurso metodológico/analítico essencial no esclarecimento dos conteúdos geográficos. O recorte temporal compreende os anos de 1889 e 1955, e essas datas representam marcos históricos, políticos e territoriais significativos para o entendimento do papel do Estado na construção das políticas territoriais. Como atividades relacionadas, propõem-se o levantamento de bibliografia referente à história política do oeste baiano, bem como a análise de documentos dos governos, relatos históricos, mapas e demais materiais. No período de tempo em análise a denominação do oeste da Bahia estava relacionada à existência do “Além São Francisco” de modo que conteúdos singulares dotavam esse território de especificidades e direcionavam para a conformação de um discurso de distanciamento do Estado em relação à parte mais ocidental. Enfatiza-se, portanto, a necessidade de investigar as políticas territoriais, atribuindo um caráter geográfico à histórica política do oeste baiano, numa articulação dialética entre o espaço e os processos históricos ocorridos ao longo da sua formação territorial.

Palavras-Chaves: Formação Territorial; Oeste da Bahia; Políticas Territoriais.

Introdução

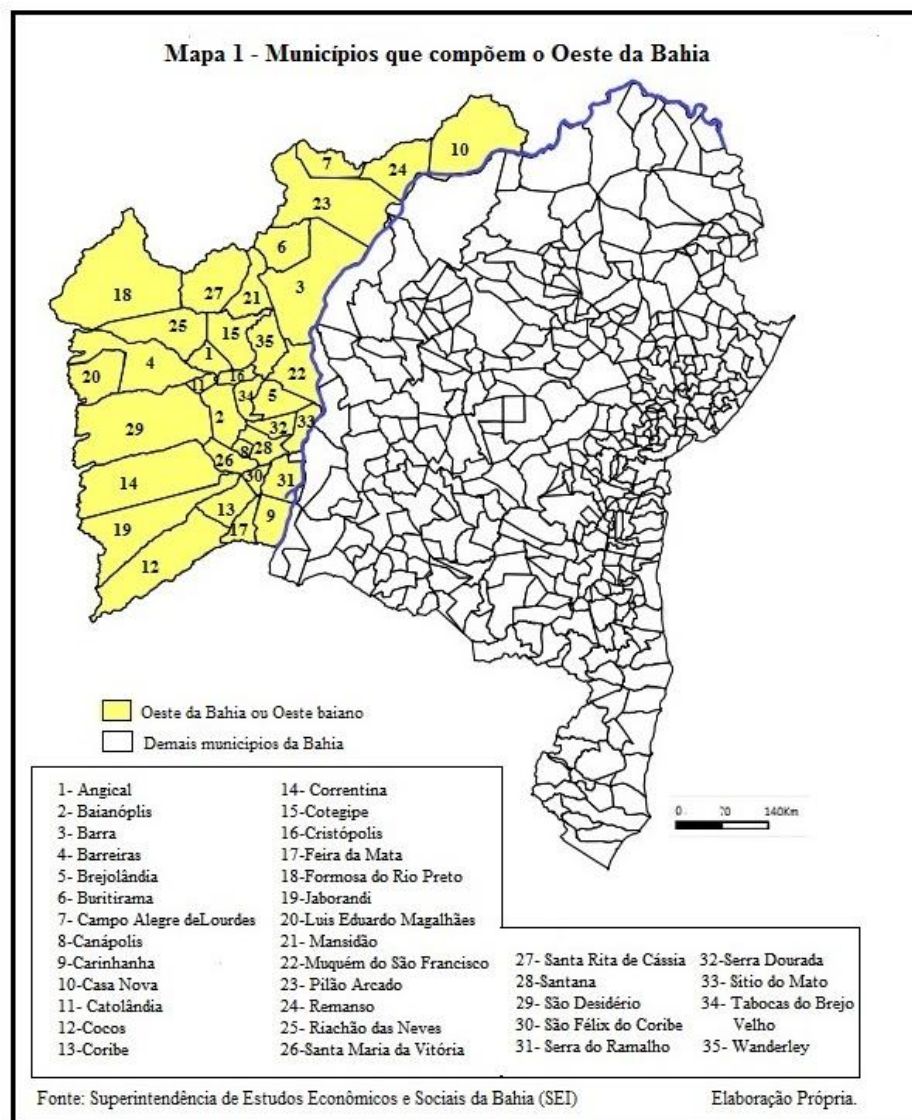
Os estudos na perspectiva da formação territorial direcionam-se para a investigação da historicidade do território, articulando dialeticamente a dimensão *histórica* com a *geográfica*. Esse tipo de abordagem propõe análises para além de uma visão de passado, desenvolvendo investigações dos eventos, acontecimentos e marcos ocorridos numa trajetória temporal. No presente trabalho, pretende-se analisar a formação territorial do oeste da Bahia, considerando-a como uma particularidade histórica cujos contornos podem ser explicativos da atual configuração político-territorial desse recorte do estado baiano. Analisando o processo de formação do oeste, é possível destacar que a sua construção e o tipo de ocupação atribuem características particulares a esse território.

¹ Este trabalho é parte da dissertação desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e tem como agente financiador a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Pretende-se articular as diferentes dimensões, econômica e política do todo social, evidenciando as relações que a sociedade do oeste entabularam com seu espaço conforme perspectiva acompanhada nos estudos de Moraes (2005).

Definição do recorte territorial e periodização

Este trabalho tem por objetivo compreender o contexto político e econômico do estado da Bahia, investigando especialmente quais ações foram mais significativas para superar o quadro de decadência experimentado no período entre 1889 e 1955. Tendo como eixo central o oeste baiano, destacam-se os 35 municípios localizados à margem esquerda do Rio São Francisco, inseridos quase que em sua totalidade em áreas de domínio do cerrado. No período em questão, o oeste da Bahia ou oeste baiano (Mapa1-página seguinte) será denominado de *Além São Francisco* conforme os argumentos a serem apresentados nas seções seguintes. Devido à pouca expressividade econômica desse território no período em análise, pretende-se, num primeiro momento, compreender o cenário político e econômico em nível nacional e estadual e, em seguida, apresentar algumas características peculiares desse recorte, evidenciando as principais ações do Estado no tocante às políticas territoriais. A escolha das datas corresponde aos marcos significativos que caracterizavam a Bahia naquele contexto. O primeiro ano corresponde à Proclamação da República Brasileira, fato que inaugurou um novo regime administrativo, transformando as antigas províncias em novas unidades políticas frente ao regime federativo. Àquela altura, as características do governo imperial, não mais condiziam com as aspirações de boa parte da elite, marcada por crises econômicas sucessivas e exigente de maior autonomia. Aliada a isso, a promessa de um regime republicano soava com “ares de progresso” e possibilidade de descentralização política para os simpatizantes do projeto.



A segunda data marca o ano em que se “inaugura” o planejamento institucionalizado no estado baiano, já que até esse período não havia condições infraestruturais ou pretensões de ideais políticos em organizar esquematicamente uma estrutura de planejamento estatal. Isso não significa que os governos não tivessem objetivos e metas de planejamento em suas pautas, embora não existissem estruturas institucionalizadas (órgãos, hierarquias ou comissões definidas) para a condução desses objetivos e metas. Desse modo, considera-se a década de 1950 como período de forte debate versando sobre o planejamento de áreas estratégicas e que reflete uma mudança acompanhando a própria condução de planejamento em nível nacional. Entretanto, a definição de áreas prioritárias não vai considerar todo o território da Bahia, conforme apontará este trabalho.

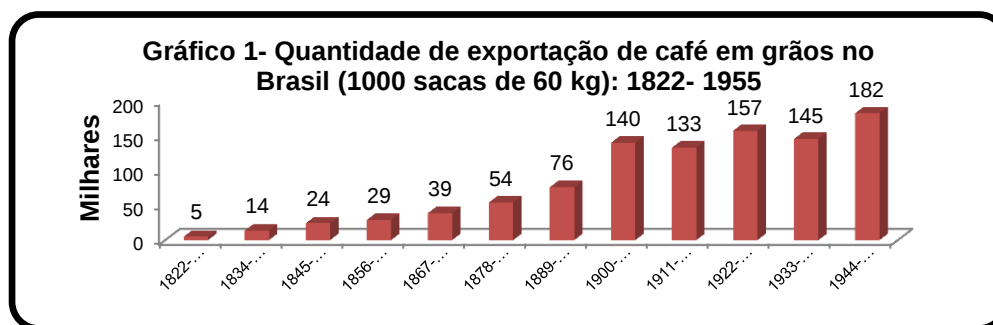
O estado e as elites baianas na transição monarquia-república

O advento do Estado federativo no Brasil e o processo de transição republicana fora marcado por disputas entre elites regionais das frações agroexportadoras. Em finais do século XIX, com o aumento da produção do café e sua concentração nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (especialmente no Vale do Paraíba paulista), as disputas regionais acirram-se, caracterizando o cenário político e econômico da recém-instaurada República. O eixo de produção econômica desloca-se do Nordeste açucareiro para o Sudeste produtor de café (OLIVEIRA, 1993) e, com a substituição da cana de açúcar como principal item de exportação brasileira, as áreas do sudeste vão se impor como novos espaços para a concentração de riqueza, criando uma divisão social/territorial do trabalho diferenciada conforme os estudos de Oliveira (1987).

Na análise desse processo, considera-se que a centralização da produção cafeeira paulista teve como incentivo as condições geográficas vantajosas, além de ter sido diretamente favorecida pela queda de prestígio de outros produtos nacionais. “Tanto o açúcar como o algodão foram progressivamente expulsos do comércio exterior, derrotados pelos países concorrentes e por suas técnicas”, que eram consideradas mais avançadas/produtivas se comparadas à realidade brasileira (PERISSINOTTO, 1994, p. 206).

No Gráfico 1 (página seguinte), é possível identificar o crescimento progressivo das exportações de café ainda entre os anos do Império, registrando-se um montante de quase 164 mil sacas ainda no período entre 1822 e 1888. A monocultura cafeeira destaca-se como mais um produto da economia brasileira que historicamente priorizou a produção agrícola em grandes propriedades.

O cenário agroprodutor/exportador centralizado em ciclos monocultores permaneceu sem alterações até a primeira metade do século XX conforme destacam os estudos sobre a economia brasileira. Além disso, mesmo enfrentando algumas oscilações no início da República, a exportação do café manteve-se em níveis elevados chegando a um acumulado de mais de 833 mil sacas entre os anos de 1889 e 1955 conforme se extrai da representação gráfica.

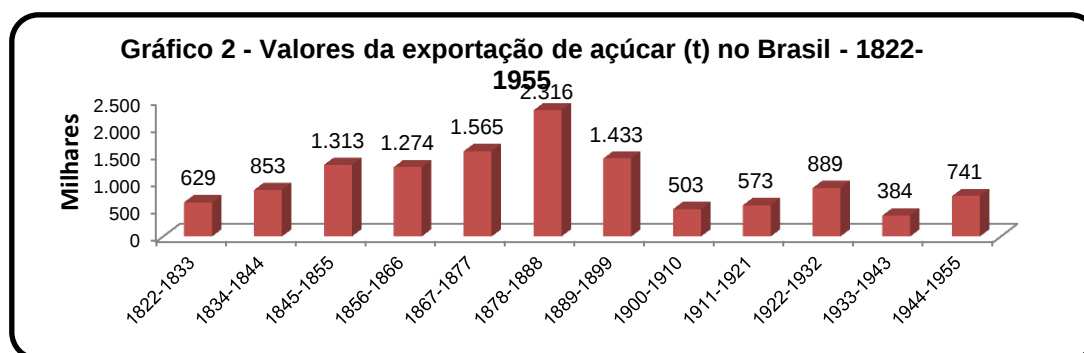


Fonte: IBGE, 1990.

Elaboração: A autora.

Para a Bahia, o cenário econômico fora marcado pelo declínio da produção açucareira, considerando-se o período em questão. Durante muito tempo, a cana de açúcar constituiu o principal sustentáculo da economia baiana, sendo que, no contexto de transição para a República, umas das características centrais foi a tentativa de se manter o prestígio, especialmente das famílias historicamente produtoras (CASTRO, 2010). Nessa situação, buscou-se assegurar o predomínio dos comerciantes exportadores e banqueiros da capital (BAHIA, 1981). A antiga província enfrentava a atrofiação da produção açucareira e diminuição do preço das sacas, devido à grande oferta do produto no mercado internacional², além dos reflexos da proibição do tráfico de escravos e da abolição da escravatura (OLIVEIRA, 1987).

Conforme o Gráfico 2, a produção açucareira no Brasil inicia o século XX com uma queda absurda de mais da metade do que fora exportado na década anterior, mantendo-se em níveis menores e oscilando com períodos de recuperação. Esses aspectos refletiram econômica e politicamente entre as elites baianas que se apresentavam temerosas quanto ao futuro da produção de cana e quanto à posição política que lhes assegurava estabilidade.



Fonte: IBGE, 1990.

Elaboração: A autora.

² Para Oliveira (1987) ainda no século XVII, a cana de açúcar produzida na colônia já sofria com a concorrência das Antilhas fator que se acentua no século XVIII quando a primazia da produção mundial concentra-se em Cuba

No contexto político, destaca-se a posição do Estado enquanto instituição mediadora dos conflitos da sociedade. O seu papel era confundido com as próprias figuras dos grandes latifundiários do açúcar e “deixava de ser uma entidade impessoal para incorporar o caráter pessoal dos políticos e proprietários de terras” (CASTRO, 2010, p. 32), que não mediam esforços em monopolizar os negócios públicos, visando ao favorecimento de suas causas particulares. O público e o privado não estavam delimitados e, por muitas vezes, fundiam-se. Para Pinheiro (2009), as elites do açúcar exerceram forte poder de controle da burocracia do Estado, sendo essa a única solução para a continuidade do seu antigo poder e prestígio. Havia, na realidade, uma apropriação dos políticos das estruturas do Estado, manifestada no exercício de um poder excessivo e incorporado ao patrimônio pessoal desses líderes.

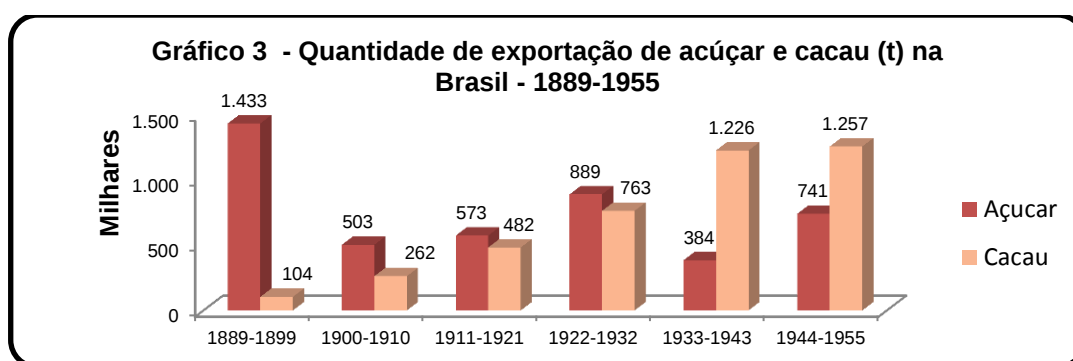
Dessa forma, o Estado era inoperante, mas bastante eficiente no tocante à articulação das relações econômicas em favor dos produtores da cana de açúcar, especialmente no que tange à permissividade das condições de reprodução do capital privado. Se a Bahia vivenciou um apogeu secular com a produção açucareira³, concentrada especialmente no recôncavo, foi em virtude da ação do governo e do seu caráter de intervenção que a economia baiana sustentou-se por um longo período. Em finais do Império, mesmo não mais experimentando os retornos quantitativos da fase de apogeu, a cultura da cana foi em parte mantida pela infraestrutura criada pelo Estado, pelos subsídios creditícios cedidos aos produtores e pelos incentivos às inovações em tecnologia. Pode-se exemplificar, como tentativa de salvar a crise no recôncavo, a fundação de novos engenhos, com tecnologias mais avançadas a fim de garantir uma melhor qualidade do produto e fazer concorrência com o açúcar produzido no exterior (OLIVEIRA, 1993).

No início do século XX, um incremento ocorrido na economia da Bahia direcionou-se para a região do extremo sul do estado, com o florescimento de outro produto: o cacau. A decadente economia baiana encontrava na produção cacaueira uma possível saída para a resolução de questões econômicas e políticas. Conforme apontado por Diniz e Duarte (1983), a cacaucultura estruturou-se enquanto economia voltada para exportação, nas primeiras três décadas do século XX, centralizando-se de conteúdos capitalistas na monocultura do cacau, especialmente no entorno dos municípios de Ilhéus e Itabuna. No entanto, o cenário permanecia marcado pela instabilidade política em nível estadual, que preservava muito forte a herança dos barões do açúcar. Apesar da perda de prestígio da economia açucareira, suas lideranças políticas ainda se enraizavam nas estruturas e

³ Havia bastante difundida a expressão a “Bahia é o Recôncavo e o Recôncavo é o açúcar” ilustrando a concentração de recursos na zona litorânea (BAHIA, 1981).

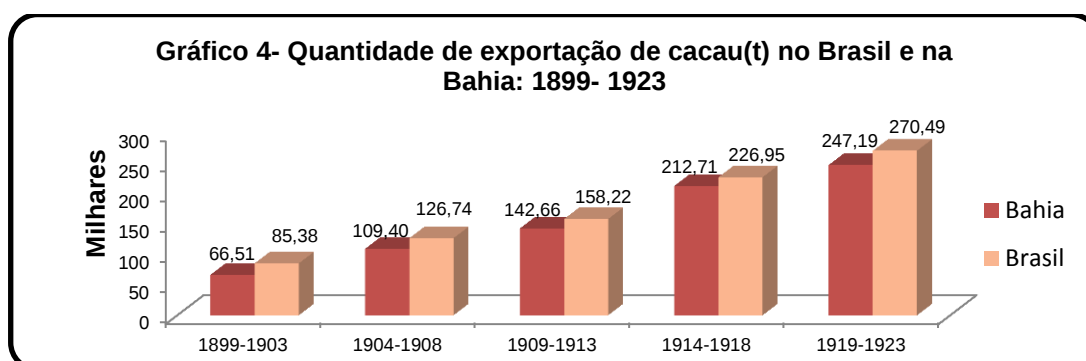
aparelhos do Estado e desejam manter o controle das ações. Mas guardadas as devidas proporções, o mesmo Estado que viabilizou a produção açucareira, dela beneficiando-se, do mesmo modo viabilizou a produção de cacau e desta obteve proveito, sinalizando os interesses de seus representantes.

O Gráfico 3 apresenta a tendência de crescimento nas exportações do cacau e o declínio da produção açucareira até a primeira metade do século XX. Houve, para o período, um vertiginoso crescimento da exportação do cacau e a Bahia possuía a primazia de exportações no quadro nacional conforme se observa no Gráfico 4.



Fonte: IBGE, 1990.

Elaboração: A autora.



Fonte: BAHIA, 1923.

Elaboração: A autora.

Destaca-se, por exemplo, que, entre os anos de 1899 e 1923, os valores das exportações baianas atingiam quase que a totalidade na pauta nacional. Entre os anos de 1914 e 1918 (Primeira Guerra Mundial), a produção baiana atingiu 94% da exportação cacaueira no país, registrando índices de 77,9%, 86,3%, 90,2% e 91,4% para os quinquênios de 1889, 1904, 1909 e 1919 respectivamente. Os altos valores conferiram cifras importantes, mas não foram capazes de suplantam a crise econômica que se arrastara desde o Império. Além disso, a indústria cacaueira mergulhou numa profunda crise regional entre frações distintas ligadas à produção/exportação do cacau.

O que se observa no contexto do estado baiano é que, no final do império e nos primeiros anos da República, as ações concentravam-se especialmente na região decadente

da produção açucareira, na nova promessa cacaueteira e na centralidade administrativa de Salvador. As áreas interioranas da Bahia, o norte e o oeste, não representavam interesses do ponto de vista econômico e as medidas eram pontuais se consideradas as ações efetivas nas áreas de maior concentração da produção. O caso específico do oeste da Bahia não é citado nos estudos realizados sobre a economia baiana até a primeira metade do século XX. Portanto, a partir desse ponto, buscar-se-á enfatizar algumas especificidades do contexto de formação territorial do oeste baiano.

Dos fundos territoriais ao além São Francisco: as políticas territoriais nos sertões

Do momento da ocupação do território nacional e durante um longo período de colonização, o que atualmente conforma o território do oeste baiano, poderia ser considerado como um *fundo territorial*, conforme perspectiva apontada por Moraes (2005). Na ocupação dessas áreas, a conquista do território, sua apropriação e domínio, era o fundamento primeiro. Ao apropriar-se do espaço territorial, o colonizador buscava salvaguardar a sua porção máxima, garantindo e impondo-lhe limites. Num segundo momento, essas porções corresponderiam aos novos espaços para os usos sociais do território, que, no contexto federativo/republicano, representam a expansão dos projetos do Estado em direção às essas porções – vide os aspectos da interiorização, integração nacional, marcha para o oeste, ampliação da fronteira agrícola.

Para o recorte temporal destacado (1889-1955), considera-se que o oeste, não se caracterizando mais como um fundo territorial, manifesta o desenvolvimento de atividades produtivas, que apesar de atribuir novas características ao recorte, apresentam-se com pouca expressividade no contexto nacional. As breves mudanças ocorridas permitiram a transformação para a condição de *Além São Francisco* e fundamentam-se nos aspectos econômicos e políticos da época, bem como na consolidação dos elementos para a construção da ideia de “isolamento” dessa porção do território. Ao que tudo indica, esse Além São Francisco era uma área conhecida e reconhecida pelo Estado e suas lideranças administrativas, apesar de não receber, no referido período, grandes investimentos dos governos baianos. Trabalha-se com a hipótese de que, em virtude de outras preocupações, da conjuntura política/econômica e da opção do Estado, essa área não representava foco estratégico para investimentos. Na ausência de grandes ações do Estado, na não aplicabilidade de políticas territoriais e em virtude da influência dos líderes locais (os coronéis dos currais), acirra-se a construção do discurso de isolamento e ausência de políticas, enraizando-se um sentimento local de que a Bahia não considerava a porção mais ocidental do seu território, estando esta *distante, longínqua e isolada*, relegada à

condição de um *Além São Francisco*. Esse fundamento de ausência de políticas territoriais por parte do Estado é teoricamente compreendido na perspectiva de Sánchez (1992). A conceituação do termo pode ser entendida como um conjunto de ações emanadas dos poderes centrais, regionais e locais sobre os diversos territórios.

La política territorial se configura por el conjunto de planteamientos estratégicos, a médio y largo plazo, así como por las correspondientes formulaciones de actuación dirigidas a intervenir sobre el territorio, a fin de que asuma las formas que sean adecuadas al conjunto de los intereses que controlan el poder político. (SÁNCHEZ, 1992, p. 72).

Conforme a argumentação do autor, as políticas são ações que refletem as estratégias do grupo politicamente hegemônico. O autor defende, do mesmo modo, que a não aplicabilidade de políticas territoriais configura-se também como uma estratégia no conjunto de ações do Estado, tendo em vista que eleger ou não áreas prioritárias em um dado momento é também uma política territorial, que pode ocasionar impactos indiretos e não previsíveis. Agindo dessa forma, o Estado provoca certos desequilíbrios que tendem a valorizar áreas em detrimento de outras, ao tempo que cumpre assumir suas prerrogativas e beneficia as classes hegemônicas que lhe conferem apoio ou que lhe demandam maior número de ações. Nessa relação dialética de *presença* e *ausência*, as práticas do Estado são sempre ações pensadas e planejadas na priorização de determinados projetos e distintos grupos. Cabe mencionar que a perspectiva deste trabalho tende a não incorporar o discurso regionalista, mas, à luz da interpretação de uma produção teórica, busca-se refletir sobre os aspectos particulares que conferem singularidades ao território estudado. Nesse sentido, se houve ausência de políticas territoriais do Estado, capazes de integrarem o oeste no contexto estadual, essa postura reflete uma perspectiva de planejamento estatal que possui características distintas em cada contexto histórico. Buscar-se-á, portanto, elencar algumas peculiaridades da economia e política do oeste da Bahia, no período recortado que pode ser caracterizado como Além São Francisco, considerando essas especificidades como fundamentais para o entendimento do processo de formação territorial.

Sintetizando os aspectos econômicos, tem-se que a base produtiva do Além São Francisco era proveniente da agricultura pouco especializada somada à pecuária e às atividades extrativistas, o que convém caracterizar como “catado” conforme argumentação de Freitas (1999a). Essa denominação associa-se à multiplicidade de atividades desenvolvidas em pequena escala e com pouca produtividade. Admite-se que a vasta área dos sertões “são franciscanos” continuou centralizando-se na criação de gado por todo o século XIX, atividade que fora responsável pela ocupação do território. Na análise desse

período, cabe sinalizar que boa parte das atividades produtivas no Além São Francisco deu-se em virtude do capital privado de comerciantes e fazendeiros locais que, imbuídos do discurso de abandono do Estado, lançaram-se ao esforço de construir as bases econômicas do território. Estas traduziam-se em consolidar a economia local e conformavam os pilares para o acúmulo de capital desses indivíduos, fortalecendo o poder econômico e político dos conhecidos coronéis dos currais.

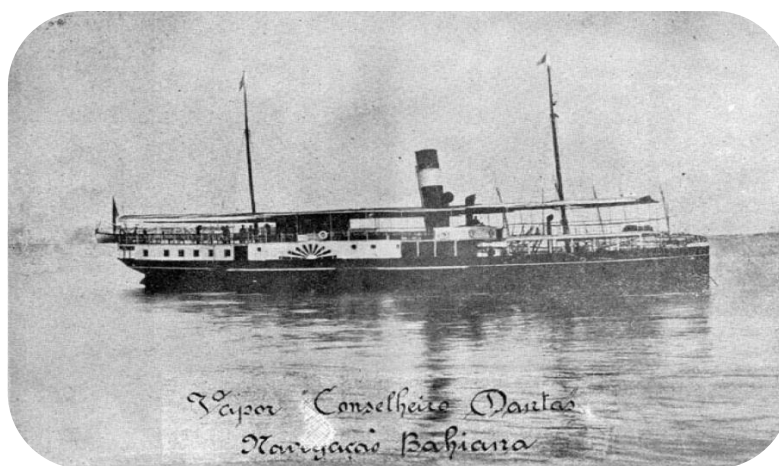
Segundo Freitas (1999a), a extensa área conhecida como Sertão do Rio São Francisco carregava grandes traços culturais, marcados diretamente pelos vínculos com o rio, sendo este o principal referencial dos modos de vida e costumes da população. A amplitude do São Francisco tornava o movimento de pessoas e mercadorias possível. Somados a ele, os seus afluentes da margem esquerda, como o Rio Grande, Rio Preto e o Rio Corrente, permitiam a interlocução entre as comunidades distantes. Naquela época, a principal via de ligação dos “são franciscanos” era a fluvial, atividade que experimentara seus primeiros movimentos com a descoberta/apogeu do ouro em Minas Gerais e Goiás ainda em meados do século XVIII. Toda a comunicação era feita por áreas navegáveis dos rios perenes e, na ausência de estradas e ligações por terra, esta era a principal, e por vezes única, via de ligação entre o interior e o litoral do estado.

É possível identificar que, desde o período imperial, algumas medidas foram tomadas a fim de viabilizar esse tipo de transporte, especialmente devido à importância do vale do rio. Ainda em meados de 1865, o então presidente da província baiana, Manuel Pinto de Souza Dantas, encomendou a construção de uma navegação a vapor, a qual recebeu o seu nome, tendo realizado a primeira viagem em 22 de dezembro de 1873 (BAHIA, 2007, p.141). A iniciativa privada também se empenhou na destinação de embarcações no Rio São Francisco, a exemplo de um comerciante de Juazeiro que, em 1886, apresentara uma lancha a vapor, movida a hélice com 6,60m de comprimento, 1,5m de largura e 0,60m de calado, denominada Cesário I (BAHIA, 2007). Dois anos mais tarde, o governo firmara um contrato de exclusividade de uma década com alguns donos de embarcações para navegação no Rio São Francisco. Já em meados de 1893, o mesmo contrato é transferido ao Banco de Viação do Brasil que passa a denominar-se Empresa Viação do Brasil. Em virtude de impasses, descumprimentos de cláusulas e questões financeiras, em 1899, o estado passa a ser o principal acionista da Viação do Brasil. Esta permaneceu sobre administração direta do estado até meados de 1920.

Ao que indica, a navegação parece ter sido uma das primeiras ações empreendidas pelo estado baiano para articular a dinâmica regional a outras áreas do país. No entanto, apesar do apoio, como na construção do vapor Presidente Dantas, a atividade não recebeu

a assistência necessária pela iniciativa governamental de modo que pudesse “agilizar” esse tipo de transporte ou criar condições para o desenvolvimento de outras atividades articuladas ao transporte fluvial. As imagens seguintes demonstram os tipos de embarcações que trafegavam pelo Rio São Francisco e seus afluentes e que realizavam o transporte de pessoas e mercadorias. A Figura 1 traz a imagem do vapor Dantas e as demais figuras (2 e 3) apresentam os tipos de embarcações que foram importantes para o desenvolvimento desta atividade nos rios da Bacia do São Francisco.

Figura 1 - Vapor Conselheiro Dantas



Fonte: Sampaio (2006).

Figura 2 e 3- Embarcações à vela (esquerda) e à vapor (direita) em meados do século XX no Rio Grande, afluente do São Francisco - Barreiras (BA)



Fonte: Trabalho de Campo (2014). Arquivo Pessoal Ignez Pitta.

As atividades agrícolas e industriais desenvolvidas nos municípios do Além São Francisco dependiam da estruturação de uma rede de escoamento fluvial, para comercialização da produção. Nesse sentido, pela ausência de investimentos, o comércio e a produção dessas áreas estiveram restritos à economia local, sem apresentar crescimento

e achando-se na dependência da iniciativa privada. Resultado da ausência de investimentos, a navegação fluvial no São Francisco manifestou um acentuado declínio ainda no início do século XX.

Um segundo incremento, ocorrido já no contexto republicano, parece ter sido a construção da estrada de ferro Bahia-São Francisco, inaugurada em 1896, que ligava Salvador a Juazeiro. Apesar de seu traçado não atravessar os municípios do recorte em análise, culminava, no último porto navegável do Rio São Francisco, a cidade de Juazeiro (BA). Para Freitas (1999a,1999b) e Santos (2011), essas duas ações integraram a dinâmica local da margem esquerda do grande rio com a sociedade nacional. No entanto, contrariando essa perspectiva, Rocha (2004) e Lins (1983) consideram que fora justamente a inauguração da referida ferrovia um dos motivos cruciais para a estagnação econômica “são franciscana”, especialmente por seu traçado não acompanhar o antigo “caminho das boiadas”, vias abertas por terras ainda na colonização. Considerando a extensão territorial do estado da Bahia e as ramificações das linhas férreas daquele contexto, reconhece-se que o território não estava completamente integrado, levando à possível situação de isolamento geográfico de muitos municípios no interior do estado, entre eles os municípios do recorte em estudo.

Nos anos de 1883-84, as linhas baianas representava um percentual de 12,4% em relação ao Brasil. No entanto, em 1905, o percentual cai para 7,8% e 6,14% em 1919, em detrimento da supremacia de Minas Gerais e São Paulo que para os anos apresentados (1883-84, 1905 e 1919) correspondiam a 11,6%, 22,8%, 23,5% e 25%, 22,5%, 23,5% respectivamente. Esses dados sugerem que houve maior concentração de investimentos em estradas férreas no Sudeste em virtude da produção cafeeira.

Quadro 1- Extensão da Rede Ferroviária em Tráfego (Km)							
Unidades da Federação	Período						
	1883-84	1 905	1 919	1 936	1 940	1 950	1 960
Brasil	5 708	16 782	28 128	33 521	34 252	36 681	38 339
Bahia	708	1 311	1 728	2 145	2 155	2 603	2 593
Minas Gerais	662	3 843	6 614	8 038	8 176	8 645	8 561
Rio de Janeiro	1 706	2 661	2 794	2 810	2 848	2 805	3 043
São Paulo	1 457	3 790	6 615	7 330	7 440	7 583	7 664

Fonte: IBGE, 1990.

Elaboração: A autora.

Evidenciando os aspectos políticos, a principal característica do Além São Francisco foi a convivência de pequenos ribeiros pobres e população sem posse de terras com a grande concentração de propriedades em mãos dos conhecidos “coronéis dos currais”, cujos poderes atribuídos, arbitrariamente ou não, lhes emprestava o direito de mando nas decisões locais. Os ditos coronéis exerciam ao seu modo a política e a economia

do São Francisco já que a presença dos poderes centrais pouco se fazia presente. A autoridade era comandada por esses senhores, “a lei, a ordem, a justiça, os costumes sociais, a vida econômica, o mundo da política e o cotidiano das pessoas passavam sempre pelas mãos desses potentados” (FREITAS, 1999a, p. 61). Os chefes políticos viam com pouca confiança as intervenções do governo estatal e, ao que parece, o Estado não se fazia perceber no Além São Francisco, tendo em vista que “a esfera pública estadual limitava-se à justiça, à política e ao fisco, tudo passando pelas mãos dos chefes locais” (FREITAS, 1999a, p. 64) e “nem mesmos a realização de eleições conseguia atrair para o interior candidatos a futuros chefes” (p. 69). Ao que parece, não se tornava interessante indispor-se com as elites locais, em virtude do seu poderio frente à população dos territórios sob o seu comando. Ao mesmo tempo, o próprio líder local ou coronel era o representante legítimo, uma extensão do governo central, sendo possível afirmar que, em muitas localidades, o Estado era o coronel, julgando que, em muitos momentos, o poder dos chefes locais confundia-se, quando não se traduzia, na ação do próprio Estado.

O que se apreende deste Além São Francisco é que, com poucas ou nenhuma disposição de ações governamentais, foi basicamente por intermédio da iniciativa privada e do poder econômico dos grandes fazendeiros e comerciantes que atividades puderam ser desenvolvidas. Contudo, estas não prosperaram em termos comerciais, a não ser no contexto local, devido a fatores como a ausência de tecnologia para a produção em maiores escalas e inviabilidade de comercialização por conta da “incapacidade” de transporte fluvial da época (FREITAS, 1999b). Além disso, eram atividades que, mesmo importantes para mudar a dinâmica territorial, não atendiam aos reclames da população local, estando restritas a uma pequena parcela capitalista que era a principal beneficiária das ações promovidas. Cabe inserir também, como exemplo da participação de capital privado no Além São Francisco, a construção de um aeroporto em Barreiras, ainda em meados de 1940, que atendia a empresas americanas em seus voos internacionais. Posteriormente, o aeroporto vai se confirmar como base dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial (SANTOS FILHO, 1989).

Mudanças no além São Francisco: viabilização de ações pelo estado centralizador e “modernizador”

Conforme pontuou-se no início deste trabalho, a conjuntura baiana na transição republicana foi marcada pela instabilidade política e estagnação econômica herdadas do Império. Grande parte do território da Bahia não estava inserida no planejamento estatal, encontrando-se as ações centralizadas no litoral, recôncavo e sul do estado. É somente no

final da primeira metade do século XX que algumas mudanças, pelo menos em nível de planejamento, vão se estruturar tanto na escala federal como na estadual.

Na escala federal, a primeira grande medida para a época foi a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em 15 de dezembro de 1948, demonstrando o explícito interesse de promover o aproveitamento hidroelétrico e implantar projetos de mecanização agrícola em todo vale (COSTA, 2011). Esta fora uma estratégia de expansão do capital e integração de novas áreas econômicas, fundamentada na racionalização técnico-desenvolvimentista característica daquele período. A novidade trazida pela experiência da CVSF foi a instrumentalização e o planejamento aplicados pioneiramente a uma bacia hidrográfica, que abrangia uma área comum a diferentes unidades federativas (LOPES, 1955). Para tal intento, a União deveria aplicar 1% das rendas tributáveis, num prazo de vinte anos, visando à execução do Plano de Aproveitamento das Possibilidades Econômicas do Rio São Francisco, de acordo com o Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinado pela Constituição de 1946. Esse tipo de medida estava atrelada ao ideal modernizador que propunha ações e projetos visando a superar os grandes problemas nacionais e inserir o Brasil entre as grandes potências desenvolvidas. Era um momento em que a industrialização tornara-se o objetivo principal para o “ideal de crescimento econômico”, tornando-se necessário investir em potencial energético, como foi o caso das ações no Vale do São Francisco.

Na escala do estado da Bahia um dos marcos atribuídos à transformação das políticas foi a posse do governador Antônio Balbino, no ano de 1955. A ascensão do novo governador, nascido no oeste baiano, trouxe mudanças nas perspectivas de planejamento, pelo menos em nível estrutural. Entre as principais medidas adotadas no governo, estava a criação de uma comissão voltada para elaborar as ações e metas da administração estadual. A Comissão de Planejamento Econômico (CPE) foi criada pelo Decreto nº 16.261 de maio de 1955, constituindo-se como órgão de estudo, planejamento, coordenação e controle do estado e apresentando-se como uma das primeiras iniciativas de planejamento institucionalizado no Brasil (SEI, s/d). Como proposta, a CPE estimulou a criação do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB), considerando um conjunto de projetos para o crescimento econômico desse território. Essas iniciativas foram articuladas, sobretudo, pelo corpo técnico que compunha a estrutura do governo de Balbino, protagonizada pelo economista baiano Rômulo Almeida. A partir disso, institucionaliza-se o debate sobre o planejamento econômico estatal, focado na estratégia de industrialização, como recurso para salvar a decadente economia da Bahia. Para os estudiosos da questão, a reforma administrativa e as ações em nível operacional tendiam

para uma mudança de concepção no planejamento e expressavam-se de forma a absorver os ideais de modernização e industrialização nacionais. No entanto, apesar de ser uma novidade em termos de administração, as ações econômicas, políticas e sociais no Além São Francisco continuaram estagnadas, mesmo com um representante do oeste no poder do estado. Até meados de 1950, não se observam maiores iniciativas dos governos baianos para o oeste e, de acordo com Santos (2011, p. 297), “as escassas iniciativas governamentais adotadas durante esse período foram incapazes de reverter esse quadro de estagnação econômica”. Ao que parece, na escala estadual, o Além São Francisco continuava sem visibilidade.

Considerações finais

Tratar da ausência de políticas territoriais exige o conhecimento da atuação do Estado no território. Para o período analisado, as ações direcionadas ao Além São Francisco são escassas, levando-se em conta a dimensão territorial; entretanto, as estratégias estão inseridas numa perspectiva maior de atuação do Estado. A defesa desse trabalho vai na direção de considerar que a não aplicabilidade de políticas territoriais é reflexo de uma estratégia política, já que prioriza e seleciona porções específicas do território em detrimento de outras, como se evidenciou ao tratar da produção açucareira e cacaueteira, respectivamente no recôncavo e sul do estado. No Além São Francisco, a navegação e a ferrovia foram os meios que inicialmente possibilitaram as mudanças técnicas no período em questão. Aliadas a essas mudanças, à iniciativa privada imprimiu alterações do ponto de vista espacial. No Quadro 2, sintetizam-se as principais ações ocorridas no recorte territorial para o período em questão.

Pelos dados analisados, o Além São Francisco apresentou-se como um espaço territorial pouco inserido no contexto estadual até a primeira metade do século XX, situação que apresentará mudanças gradativas nas décadas posteriores, acompanhando o próprio decurso de expansão das atividades capitalistas por todo o território brasileiro. Na escala federal, o território do Além São Francisco vai se inserir como possibilidade para viabilização de grandes projetos do Estado. Já no âmbito estatal, a ideia de “esquecimento” e “ausência” do Estado configura-se como a existência de parques investimentos, por não se tratar de um território de interesse naquela conjuntura. Contrastando-se com o discurso de não presença do Estado, o papel dos coronéis expressava-se como a própria figura estatal, já que o comando regional dava-se pelo exercício de poder desses agentes.

Quadro 2- Políticas Territoriais e iniciativas privadas voltadas para o Além São Francisco- Séculos XIX e XX				
Ação/política	Agente	Período	Observações	Fonte
Navegação	Governo Provincial	1865	Participação do governo na Empresa Viação do Brasil	Bahia (2007)
Ferrovia	União	1896	Estrada de ferro Bahia - São Francisco interligando Salvador à Juazeiro	IBGE (1990)
Navegação	Privado	1865	Embarcações de comerciantes locais faziam o traslado de pessoas e mercadorias entre as cidades ribeirinhas	Bahia (2007)
Aeroporto	Privado	1940	Base para reabastecimento de voos de companhias americanas . Base militar na II Guerra Mundial.	Santos Filho(1989)
CVSF	Federal	1948	Projetos de expansão agrícola, hidrelétricas, barragens	Lopes (1955)
Elaboração: A autora				

Por essas razões, pode-se considerar que, do ponto de vista das políticas territoriais, o oeste baiano foi negligenciado pelo Estado em suas diferentes escalas tendo em vista o período de sessenta e seis anos (1889-1955) e a pouca amplitude das ações que foram implementadas. Das políticas territoriais destacadas, nenhum exemplo delas foi capaz de romper com o “isolamento” do oeste, permanecendo esse recorte sem apresentar grandes transformações territoriais até a primeira metade do século XX.

The territorial formation of western Bahia (Brazil) and territorial policies of the state in the period 1889-1955.

ABSTRACT: The present proposal aims to analyze the process of territorial formation of the western portion of Bahia state, geographically situated along the left bank of the São Francisco River. Understanding the territorial formation of western Bahia as a historical particularity, it is intended to list the main actions, projects and content of territorial policies implemented by the state in its westernmost area. Therefore, it is resorted to the differentiation of relevant aspects of each historical period making the use of periodization as a methodological/analytical essential resource to the clarification of geographical contents. The snippet comprises the years 1889 and 1955, and these dates represent historical, political and territorial landmarks, justifying them as significant factors for understanding the role of the state in the construction of the territorial policies. Complementary to the temporal course is a bibliography survey referent to the political history of western Bahia, as well the analysis of government documents, historical reports, maps and other materials. At this time the denomination of western Bahia was related to the idea of existence of "Beyond San Francisco" in which singular contents endowed this territory of specificities and directed to the conformation of a speech of detachment of the State in relation to the westernmost part of the state territory. It is emphasized, therefore, the need to investigate the territorial policies giving a geographical character of the western Bahia historic policy in a dialectical articulation between the space and the historical processes that have occurred throughout its territorial formation.

Key words: Territorial Formation. Western Bahia. Territorial policies.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Centro de Planejamento e Estudos. **A Economia baiana de 1850 e 1930: algumas questões**. Salvador: CPE, 1981. 64 p. (Contribuição técnica, 1).

BAHIA. **Diário Oficial do Estado da Bahia**: Versão digitalizada da Edição Comemorativa ao centenário da Independência da Bahia - 1923. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2007.

CASTRO, M. H. S. **Rômulo Almeida e a problemática do planejamento**: o planejamento econômico na Bahia (1955-1961). Salvador, 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

COSTA, W. M. da. **O Estado e as Políticas territoriais no Brasil**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DINIZ, J. A. F.; DUARTE, A. C. **A região cacauzeira da Bahia**. Recife, SUDENE, 1983.

FREITAS, A. F. G. de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 181, p. 59-78, maio/jun. 1999a.

_____. Oeste da Bahia: Formação histórico-cultural. **Cadernos do CEAS**, Salvador, v. 182, p. 85-102, jul./ago. 1999b.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em <<http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas>> Acesso em 10 de julho de 2014.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo, no Brasil. 3. ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1976.

LOPES, L. O. **Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da Viação de Obras Públicas, 1955.

LINS, W. **O médio São Francisco**: uma sociedade de pastores guerreiros. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. 2ª edição. – São Paulo: Annablume, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, W. F. **História de um banco**: o banco Econômico. – Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal/ Memorial do Banco, 1993.

PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas-SP: UNICAMP, 1994.

PINHEIRO, I. de O. A política na Bahia: atraso e personalismos. **Revista Ideação**, Feira de Santana- BA, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999. Disponível em <<http://www.uefs.br/nef/israel4.pdf>> Acesso 10 de julho de 2014.

ROCHA, G. **O Rio São Francisco**. Fator Propício da Existência do Brasil. 4 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

SAMPAIO, M.G.V. **Uma contribuição a história dos transportes no Brasil: a Companhia Bahiana de Navegação a vapor(1839-1894)**. São Paulo, 2006. 341p. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANCHÉZ, Joan-Eugeni. **Geografia Política**. Madrid: Síntesis, 1992.

SANTOS, C. C. M. dos. Ocupação econômica, formação social e modernização agrícola. In: NEVES, E. F. **Sertões da Bahia**. Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011, p. 283-313.

SANTOS FILHO, M. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1989.

SEI. **Histórico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia**. Sem data.

Disponível: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93&Itemid> Acesso em 11 de Junho de 2014.

SOBRE A AUTORA

MARIA APARECIDA BRITO OLIVEIRA - Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Bahia. Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano pela UEFS. Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Integrante do Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Movimentos Sociais do Departamento de Educação-Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia e do Núcleo de Pesquisas Estado, Território e Desenvolvimento - UFBA.

Recebido para avaliação em novembro de 2014

Aceito para publicação em novembro de 2014